

CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING ESCOLAR NA VIDA ADULTA

Jennifer Felicio Monteiro

Jorge Vinicius Jacinto Da Silva

Fernando Figueiredo dos Santos e Reis

Nota do Autor:

Jennifer Felicio Monteiro - curso de Psicologia, Universidade Evangélica de Goiás;

Jorge Vinicius Jacinto Da Silva - curso de Psicologia, Universidade Evangélica de Goiás;

Fernando Figueiredo dos Santos e Reis - curso de Psicologia, Universidade Evangélica de Goiás.

Dedico esse trabalho a tod@s aqueles que como eu sofreram em sua infância com violências psicossociais e a todos aqueles que não precisarão passar por elas.

Resumo

Vítimas de bullying, conseqüentemente sofrem em queda no desempenho escolar e prejuízos no crescimento e desenvolvimento biopsicossocioespiritual, inseguranças, introversão, déficit de aprendizagem, rebaixamento da autoestima. Diante dos problemas acarretados pelas práticas de bullying foi constituída a Lei n. 13.185/2015 instituindo o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying), sendo um importante marco jurídico no combate ao bullying. Os pares, na adolescência são fonte de relações e avaliações interpessoais, os membros do grupo do qual o indivíduo participa e se reconhece, se tornam pessoas significativas. Isso implica dizer que a análise do grupo sob o sujeito afeta a sua autopercepção. Será através do modelo dessas relações que ele irá moldar toda sua trajetória de vida. O sujeito traumático necessita fazer uma elaboração do fato traumatizante, que é feita através de repetições de histórias, sonhos repetidos e no caso de crianças a reprodução do evento em desenhos. Analisando o bullying como um fator de violência traumática, deduz-se que o evento vivenciado por parte da vítima ocasionará uma profunda alteração no desenvolvimento de sua construção. Entende-se que o bullying é uma agressão profunda ao indivíduo, que por muitas vezes é imperceptível, mas que gera degradações profundas em todos os aspectos de sua vida, e se estende da infância a fase adulta. A vítima de bullying tende a reproduzir as atitudes de seus agressores pois aprende a reconhecer o mundo pela ótica das relações deturpadas que vivenciou.

Palavras- Chave: Bullying, Psicanálise, Autoestima.

Apresentação

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) o conceito de saúde é mais do que o bem-estar físico, ele abrange o ser humano nos aspectos biosociopsicoespirituais, sendo os psicossociais responsáveis direta e indiretamente sobre os outros aspectos. Dentre os problemas de saúde pública que afetam o ser humano no campo psicossocial, na primeira e segunda infância, o bullying se destaca como sendo responsável por desencadear consequências relevantes durante desenvolvimento e na vida adulta (OMS, 2017; Reisen & Neto 2019; Alves de Oliveira *et al.* 2020).

Considerado um fenômeno mundial antigo, que atravessa questões culturais, psicológicas e sociais, nas últimas décadas o tema teve grande repercussão global, causando preocupação por parte de cientistas e pesquisadores. O fenômeno bullying sempre existiu nas sociedades, mas só começou a ser objeto de estudo no início da década 1980, sendo a Noruega o primeiro país a promover uma investigação sobre o assunto, expedido pelo cientista Dan Olweus, se estendendo depois aos países escandinavos e outros países da Europa. No Brasil, os estudos sobre o tema são recentes, começando a surgir nos anos de 2000 (Isolan, 2014).

O bullying pode acontecer em diversos ambientes desde que exista relação entre os indivíduos, sendo uma prática habitual nas escolas, mesmo com medidas educativas, onde deveria ser um espaço de proteção e formação do sujeito, acaba por se tornar um ambiente hostil, onde as violências da sociedade são reproduzidas, e os pré-conceitos são reafirmados. Crianças e adolescentes que são submetidas a essas agressões consequentemente sofrem em queda no desempenho escolar e prejuízos no crescimento e desenvolvimento biopsicossocioespiritual, podem também apresentar resistência em desempenhar as atividades, visitação de determinados lugares que podem ser “gatilhos” emocionais, e a partir disso apresentar inseguranças, introversão, déficit de aprendizagem, rebaixamento da auto estima, descontrole com álcool e outras drogas, ansiedade, depressão, podendo levar a tentativas ou a conclusão de autoextermínio (Serafim & Saffim, 2014).

A prática do bullying é a ação de um indivíduo que se impõe sobreoutro, em busca de satisfação pessoal e demonstração de poder. Crochik (2012), (2016) e Antunes & Zuim (2008) ressaltam que para que o fenômeno aconteça, devem existir os protagonistas sendo eles: o(s) agressor(es), que são quem promovem a violência, e a(s) vítima(s), que são quem sofrem o ato violento. Sendo que o papel de agressor e vítima pode variar de acordo com o contexto social.

Para Lopes Neto e Aramis (2006), é possível que o indivíduo possa transitar entre os papéis performando tanto como agressor como o agressor quanto quem é agredido.

O agressor se satisfaz humilhando e hostilizando a vítima sem motivos evidentes, sempre se destacando pela força física e status social, comumente sendo alunos “populares”, ativos nos esportes e que exercem influência sob os demais, transmitindo a representação de superiores. A vítima, que é quem sofre o ato violento, geralmente apresenta características que remetem a fragilidade e que são culturalmente desvalorizadas, refletindo em uma prática de poder sobre quem aparentemente não pode se defender, que por falta de apoio dos pares e medo de enfrentarem o ofensor, acabam vivendo essa situação de hostilidade. Tais características podem tratar-se de aspectos e particularidades que os agressores não desejam encontrar em si mesmos, ou que encontram e tentam rejeitar de forma veemente (Crochik 2012 e 2016) (Antunes & Zuim, 2008).

Há também os espectadores ou testemunhas que assistem aos acontecimentos e não se manifestam, preferindo passarem despercebidos por receio de serem as próximas vítimas, compactuando, de certa forma, com a agressão. Esses expectadores podem projetar-se na situação e por já terem vivenciado momentos semelhantes. Há os que também compactuam com os abusos se identificando e se projetando no agressor, essa projeção pode estar relacionada a construções sociais do que deve ou não ser socialmente aceito de acordo com a cultura local. Essa não aceitação geralmente é acompanhada de censura, discriminação, violência verbal, psicológica e física. A essa não aceitação dá-se o nome de preconceito. Crochik (2016), aponta para a correlação entre o bullying e o preconceito; ambos estão presentes no ambiente escolar como distintas formas de violência, podendo o bullying ser uma expressão direta do preconceito, mas não necessariamente. Nem sempre estes estão inter-relacionados, e por vezes observa-se que a vítima do bullying não é a mesma vítima do preconceito (Jesus & Pérez-Nebra 2011).

Segundo Jesus & Pérez-Nebra (2011), o preconceito é dividido em três níveis, categorização, julgamento e discriminação. O primeiro é a categorização, a qual é alicerçada pelos estereótipos, que são crenças compartilhadas em grupos de forma generalizada, sendo a crença o componente cognitivo do preconceito. Os estereótipos podem ser classificados em: positivo, negativo e neutro. A segunda dimensão do preconceito refere-se ao julgamento (preconceito em si), componente afetivo, que acontece através de uma atitude (negativa) baseada através de crenças. A última dimensão do preconceito é a discriminação, componente comportamental que se dá através das várias formas de discriminação, como exemplos, o

machismo, o racismo, a homofobia além de outras concepções institucionalizadas nas organizações que pretendem a exclusão e segregação de grupos socialmente minoritários.

Para Crochík (2016) esses grupos são relacionados a característica que fogem do padrão estético e moral definido como ideal pelo agressor como, por exemplo, uso de dispositivos para correção, como óculos, aparelho auditivo, aparelho ortodôntico, mas pode ser por características físicas, como altura, peso ou ainda questões, socioeconômicas, étnicas, sociais, sexuais ou deficiências. O autor argumenta que enquanto o preconceito se restringe a uma atitude perante uma vítima que é reduzida ao seu estereótipo, o bullying é uma forma de ação primitiva de violência, já que seu ato nem sempre é justificada por um preconceito. O bullying é uma expressão mais direta da violência estrutural da sociedade, mais arcaico e mais difícil de combater do que as formas de marginalização e segregação presentes no preconceito. No bullying, a relação do agressor é pautada no desejo da destruição do mais frágil, enquanto a vítima sente-se envergonhada por não conseguir reagir. As vítimas do bullying costumam possuir características que remetem a fragilidade e que são culturalmente desvalorizadas, refletindo em uma prática de poder sobre quem aparentemente não pode se defender.

Aparato Jurídico

Diante dos problemas acarretados pelas práticas de bullying em relação aos processos de escolarização, e o modo como este se constitui como uma ameaça de evasão escolar, no Brasil, com o intuito de combater esses problemas, foi constituída a Lei n. 13.185/2015 que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying), abrangendo todo o Território Nacional, sendo um importante marco jurídico no combate ao bullying, (Reisen & Neto, 2019; Brasil, 2015).

Segundo a legislação “bullying é ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”. E apresenta além desta caracterização medidas preventivas, paliativas, terapêuticas e jurídicas para minimizar os efeitos do bullying na sociedade (Brasil, 2015).

As agressões podem ser classificadas, segundo Brasil (2015). em violências verbal, sexual, social, psicológica, física e virtual (cyberbullying). Geralmente essas agressões acontecem por meio de ataques físicos, comentários depreciativos e outras formas que tenham

a intenção de hostilizar, constranger e humilhar a vítima. Dentre as finalidades na elaboração desta lei, pode ser apresentado a prevenção e o combate a prática do bullying na sociedade e o provimento de assistência e suporte psicológico às vítimas. Marcolino *et al* (2019), em estudo direcionado a adolescentes matriculados no Ensino Fundamental, encontrou que o tipo de bullying mais frequente é o psicológico com 23,3% já o bullying físico e virtual alcançaram 15% e 5,5% dos estudantes, respectivamente.

A agressão verbal é caracterizada por insultos, xingamentos e apelidos pejorativos. Na agressão sexual, a prática ocorre através do assédio e de abusos de cunho sexual. A agressão social parte da exclusão e isolamento premeditado da vítima. Na agressão psicológica incluem atitudes como perseguir, amedrontar, intimidar, manipular e chantagear a vítima. As agressões físicas caracterizam qualquer forma de violência física que ataque a integridade física. No cyberbullying, os atos acontecem virtualmente, causando sofrimento e constrangimento de ordem psicológica e social. Na agressão material acontecem furtos, roubos e destruição de pertences de outrem. No aspecto moral, difamações, calúnias e disseminação de rumores são atitudes agressivas que caracterizam violência escolar. Dentre as finalidades na elaboração desta lei, está a prevenção e o combate ao bullying, e a prestação de assistência e suporte psicológico às vítimas (Brasil, 2015).

Devido ao seu potencial traumático, o bullying pode deixar marcas e cicatrizes nas vítimas que vão a acompanhá-las até a vida adulta, causando sentimentos de baixa autoestima, insegurança, desencadeando sintomas de depressão e ansiedade. Todo esse conflito reflete na vida social do adulto, nos diversos papéis sociais que ele ocupa, na família, nos estudos e no trabalho. Em geral, o indivíduo não tem consciência dessa situação e de sua respectiva origem (Reisen & Neto, 2019).

Ainda na legislação do direito, em 2018 é sancionada a lei 13.663, incorporada a lei de diretrizes e bases da educação alterando o artigo 12 da lei Nº 9394. A lei responsabiliza as instituições escolares em promover medidas de conscientização a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying) no âmbito escolar; e de estabelecer ações distintas a fim de promover a cultura da paz nas escolas (Brasil, 1996; 2018).

Desenvolvimento social

Para entender as consequências futuras relacionadas à violência aqui apresentada na forma do bullying no contexto escolar, se faz necessário primeiro entender alguns aspectos que

acompanham o desenvolvimento psicológico e social do ser humano. Durante a evolução humana acontece a construção do autoconceito e da autoestima, ambos essenciais na vida social e afetiva dos indivíduos. Esses processos acompanham diversas etapas da vida humana e são altamente influenciados pelos acontecimentos vividos e o contexto social em que o sujeito se encontra (Bandeira *et al* 2010).

O autoconceito refere-se a características de identificação, como por exemplo, os atributos físicos, qualidades e preferências pessoais, como o ser humano se enxerga a partir de suas individualidades, etc. A autoestima é baseada em metas e aspirações e está associada a características apreciadas pela sociedade. A autoestima é a visão que o indivíduo tem de si mesmo, sendo um conteúdo psicológico multidimensional, moldado a partir das experiências de vida e o grau de importância avaliado pelo sujeito (Coll, Marchesi & Palacios, 2007; Lemos & Batista 2017). As crianças iniciam o autoconceito percebendo características de caráter global de si mesmas e conforme se desenvolvem vão se percebendo cada vez mais e se distinguindo dos demais se baseando em julgamentos próprios e na avaliação de evidências, permitindo observar agora atribuições não visíveis externamente, dando lugar a características sociais e psicológicas (Coll, Marchesi & Palacios, 2007; Lemos & Batista 2017).

A construção da autoestima tem início no contexto familiar, sendo fortalecida posteriormente nos espaços que a criança ocupará. Simultaneamente a admissão escolar, por volta dos seis anos (início da terceira infância), a criança passa por mudanças cognitivas importantes e o grau de importância dos pares tende a aumentar, colocando em pauta a valorização de si mesmo cada vez mais influenciada pela comparação social. Na escola, os companheiros e professores, com quem a criança desenvolverá novas relações ganham papéis de destaque, tornando-se referências, onde as avaliações dos colegas terão grande peso na elaboração da autoestima do sujeito (Coll, Marchesi & Palacios, 2007; Miltre 2015).

Na adolescência, etapa que se inicia com a puberdade, as mudanças fisiológicas e psicossociais são ainda maiores, afetando diretamente as reações que o sujeito constitui. Do ponto de vista cognitivo, a adolescência é caracterizada por um aumento da capacidade de pensamento abstrato, raciocínio lógico e maturação do cérebro. Socialmente, é um período de preparação para os papéis sociais atribuídos à vida adulta, como o trabalho e as relações amorosas. Neste sentido, a adolescência é uma fase de intenso aprendizado e de constante adaptação considerando que o cérebro do adolescente ainda está em desenvolvimento, continuando até à maturação completa, aos 22-24 anos (Schoen-Ferreira *et al* 2010).

Os jovens passam por muitos questionamentos, o que reflete no comportamento e, conseqüentemente, na visão que têm sobre si mesmos. Tudo isso está intimamente ligado à autoestima. Por isso, é tão importante ter um olhar cuidadoso, respeitoso e paciente diante deste período de transição da infância para a vida adulta. A autoestima tem um papel importante para as relações do adolescente até para uma boa aceitação do seu eu, um passo para isso sempre é o diálogo e quebra de paradigmas com relação a sua imagem e postura, fomentando viver com os iguais para ter maturidade suficiente e aceitação das suas limitações e virtudes do ser que se é (Schoen-Ferreira *et al* 2010; Coll, Marchesi & Palacios,2007; Fortes *et al* 2014; Miltre 2015).

Embora a adolescência seja um período turbulento, ela é também um período de grande potencial para que os jovens se engajem mais profundamente com o mundo que os cerca. Adolescentes normalmente crescem fisicamente, experimentam novas atividades, começam a pensar de modo mais crítico, e desenvolvem relacionamentos mais variados e complexos. (Coll, Marchesi & Palacios,2007). Os pares, na adolescência são uma fonte de relações e avaliações interpessoais positivas e negativas. Analisando a partir de uma perspectiva de grupo, os membros do grupo do qual o indivíduo participa e se reconhece se tornam pessoas significativas. Isso implica dizer que a análise do grupo sob o sujeito afeta a sua autopercepção. Esses grupos são criados dentro do sistema escolar e as opiniões expressas por meio de repetidos assédios perpetrados por colegas da mesma idade na vida escolar cotidiana provavelmente desafiarão o desenvolvimento positivo da autoimagem e da identidade. Neste sentindo estas relações influenciam diretamente como este indivíduo em formação irá reconhecer o mundo, será através do modelo dessas relações que ele irá moldar toda sua trajetória de vida, escolhas e decisões (Neto & Lima 2017).

Bullying e Psicologia Social

Relacionado aos conceitos de autoconceito e autoestima, é essencial entender a noção de Ego e Eu, dentro de uma análise social analítica. O Ego, tanto nos estudos de Freud (1996/1923), quanto nos de Solomon Asch (1977), duas tradições bastante distintas, é uma importante parte que conecta o organismo ao ambiente, sendo o Eu a representação consciente desta integração. A existência psicológica é, para nós, existência sob a forma de um Eu.

Na teoria de Asch (1977), os conceitos de Ego e o Eu são distintos, vindo o Ego anterior ao Eu, não sendo o Eu um espelho do Ego. O Ego está mais relacionado às necessidades básicas,

nem sempre conscientes, enquanto o Eu é constituído de características que o sujeito já possui e suas mudanças.

“Denominamos Ego essa parte da organização de indivíduo que representa o organismo, ou a reação do organismo a suas próprias ações (...) é uma organização [unitária] de dados pertencentes ao organismo, separada do ambiente, e necessária para levar o organismo à relação com o ambiente” (Asch,1977, p.239).

Existem diferenças significativas entre a pessoa tal como ela é e como ela se percebe, a divergência entre o biológico e a autopercepção. Isso implica dizer que nem sempre um indivíduo pode se enxergar como ele realmente é (Asch, 1977; Lima 2010).

“As atividades conscientes referentes ao organismo formam os dados que aqui denominaremos de Eu. O Eu é a representação fenomenal de Ego, o Ego tornado consciente. (...) O Eu, sendo uma representação fenomenal, não inclui tudo o que pertence ao Ego e, às vezes, o apreende erroneamente. O Ego é anterior ao Eu e é mais amplo que este” (Asch,1977, p.239).

O Eu começa a se moldar ainda enquanto criança, se desenvolvendo no decorrer da vida através das experiências, sendo muito mais do que uma representação cognitiva do indivíduo, mas também um objeto de cuidado e interesse ao qual as necessidades, os medos e os desejos se convergem. Fazendo parte da formação do Eu, a autoestima também tem o seu princípio na infância, por volta dos dois anos de idade. Até os seis anos ela está baseada pelo valor que ela possui por parte das pessoas significativas. Frente a esse fato, é nas interações com os adultos que a criança percebe e compreende a sua existência para o outro e que sendo real para os outros, ela se torna real para si mesma. (Asch & Soloman 1977; Azzi 2007).

No exercício do Eu existem uma dimensão do Eu para si e o Eu para com o outro e ambos devem estar minimamente alinhados para que se possa viver em harmonia. A dinâmica do Eu acontece em grande parte nas relações com o outro. Quando esses relacionamentos se tornam conturbados, é despertado no sujeito forças que o impedem de enxergá-lo como realmente se é. Com o desenvolvimento da autoconsciência, isso é: a compreensão de quem se é, o Eu transforma emoções e sensações em sentimentos como o prazer em alegria e a dor em sofrimento. O que tem a demanda ser alguém respeitado, amado, reconhecido e ter o seu lugar no mundo (Asch & Soloman 1977; Alexandroff, 2012).

Ainda sobre o processo de constituição do Eu¹, mas agora em uma perspectiva psicanalítica, Freud desenvolve o entendimento de um Ideal de Eu e um Eu Ideal, alicerçado pelo narcisismo primário, na base da constituição do Eu. Segundo Freud (1996/1923), antes de a criança ter noção da realidade a sua volta, e de que essa realidade que não é centrada em si, mas sim composta de diversos objetos, sendo ela mais um dentre esses objetos, ela é regida pelo Eu Ideal. O Eu Ideal seria uma representação idealizada de si, antes da experiência da castração edípica, em que o bebê se percebe como sendo o centro dos investimentos libidinais da mãe, nesse contexto, todo o seu mundo.

A partir do complexo de Édipo, e da castração que ele inaugura, a criança cai desse lugar ideal em que estava, o Eu Ideal, e percebe que, para lidar com a falta estrutural, será preciso tentar garantir o amor do outro se adequando àquilo que ela percebe como uma demanda do outro. Surge o Ideal de Eu como uma forma imperativa de identificação em que o seu Eu deverá se adequar a determinados modelos ou ideais (Freud, 1996/1923). Em decorrência deste processo, percebemos que os sujeitos buscam constantemente aprovação e aceitação no campo social para se validar diante desses ideais. O fracasso dessa busca na relação com o outro produz uma reação Superégoica que pode-se nomear como traumática, na medida em que constrói no sujeito um autoconceito negativo.

O Ideal de Eu, constituído a partir do complexo de Édipo, articula-se a ideias e valores, 'quem se deve ser' atuando como um regulador que orienta o ser humano a seguir seus próprios desejos. Na transição entre o Eu Ideal e o Ideal de Eu, ocorre uma ruptura do passado, onde as figuras de representação vão se modificando e novas entidades se tornam objetos de admiração. A forma como cada indivíduo se aproxima das metas estabelecidas será essencial para a regulação de sua autoestima e de suas relações (Cervo, 2017).

Analisando o quão importante é a autoestima no percurso do sujeito, ela se torna uma variável relacionada ao processo de saúde-doença, o que contribui para o bem-estar quando se é construído uma autoestima positiva; ao contrário do que se experimenta em uma autoestima negativa, proveniente da violência escolar. A situação de violência gera desgastes emocionais que causam o adoecimento psicológico, podendo instaurar transtornos psicológicos e psiquiátricos como a depressão e a ansiedade, e podendo culminar em suicídio de crianças e

¹ Neste trabalho, optou-se por utilizar-se a nomenclatura Eu, invés de Ego, quando se referindo aos conceitos psicanalíticos. É importante ressaltar que, nos textos Freudianos, Ego e Eu se referem ao mesmo conceito, se tratando apenas de traduções diferentes, enquanto que no texto de Asch, Ego, Eu e Self são conceitos diferentes.

adolescentes em determinados casos, já que o indivíduo em desenvolvimento não possui um aparato psicológico para responder adequadamente a essa negligência espinhosa (Crochick 2016).

Zimerman (2008), menciona que Freud, em 1926, desenvolve a ideia de trauma representado pelas perdas precoces, envolvendo a perda do amor da mãe e de outras pessoas significativas; relacionando o acontecimento desses processos psicológicos a um estado de desamparo. O autor, na Obra Vocabulário de psicanálise (Zimerman, 2008, p.406), apresenta uma concepção de trauma associado a acontecimentos externos reais, que ultrapassam a capacidade do Eu de poder processar a angústia e a dor psíquica que eles provocam. Avançando na concepção de trauma, o autor descreve:

“À noção de trauma conserva-se na ideia de que se trata de um conceito essencialmente econômico de energia psíquica: Uma frustração em face da qual o ego sofre uma injúria psíquica, não consegue processá-la e recai num estado no qual sente-se desamparado e atordoado” (Zimerman, 2008, p. 407).

Portanto, pode-se considerar que a violência perpetrada pelo Bullying, pela sua constância e seu contexto, tem um grande potencial traumático, principalmente quando na infância, em que o sujeito ainda conta com poucos e frágeis recursos protetivos. A angústia ligada a perda simbólica pode facilmente se ancorar em um sentido depreciativo de Eu construído por meio da violência vivenciada, e assim permanecer duradoura na vida da pessoa.

Diante dos eventos traumáticos o sujeito necessita fazer uma elaboração do fato traumatizante, que é feita através de repetições de histórias, sonhos repetidos e no caso de crianças a reprodução do evento em desenhos, visando alguma resignificação. Analisando a prática do bullying como um fator de violência traumática, deduz-se que o evento vivenciado por parte da vítima ocasionará uma profunda alteração na criança e/ou adolescente no desenvolvimento de sua construção (Zimerman, 2008; Zavaroni & Camargo 2021).

Considerações Finais

Na maturidade, os sofrimentos ocasionados pelo bullying, mesmo que durante a infância, têm grandes chances de persistir, acompanhado de medos e inseguranças nas vítimas dessa agressão, resultado do sentido construído e do autoconceito negativo resultante desta violência.

É imperativo desmistificar a normalidade desses abusos nas relações humanas, principalmente em instituições formativas dos sujeitos, como o ambiente escolar. Essa falsa percepção de normalidade oculta o quão nocivo pode ser esse ato em toda dimensão biosociopsicoespiritual de saúde.

Grande parte das agressões escolares, são omitidas, pela escola, aos pais e responsáveis, o que dificulta a identificação do problema. Neste sentido, professores e mantenedores exercem uma responsabilidade importante em perceber e agir corretamente no combate e prevenção ao Bullying. A melhor forma de se combater o bullying escolar é dialogar sobre o tema conscientizando alunos, professores e equipe escolar, orientando os pais e possibilitando experiências de sensibilização em todos os atores (agressores, vítimas e expectadores).

Entende-se que o bullying é uma agressão profunda ao indivíduo, que por muitas vezes é imperceptível, mas que gera degradações profundas em todos os aspectos de sua vida, e se estende da infância a fase adulta. A vítima de bullying tende a reproduzir as atitudes de seus agressores pois aprende a reconhecer o mundo pela ótica das relações deturpadas que vivenciou.

Este problema de saúde pública deve ser combatido veementemente através da legislação vigente, dos profissionais de educação, saúde mental, e de campanhas informativas e afirmativas para que as vítimas dessas agressões tenham condições de receber auxílio profissional para o enfrentamento deste.

Entende-se também a necessidade de produção científica a respeito do assunto, e que aborde as nuances do problema, pois por mais que seja um assunto amplamente discutido, por sua variabilidade de manifestações, faz necessário estudo contínuo e aprofundado.

Referências

ALEXANDROFF, MARLENE COELHO. (2012). O Papel das emoções na constituição do sujeito. *Construção psicopedagógica*, 20(20), 35-56. Recuperado em 01 de dezembro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542012000100005&lng=pt&tlng=pt.

ALVES DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, F. H., & DE REZENDE PINTO, A.. (2020). Psiquiatria e espiritualidade: em busca da formulação bio-psico-socio-espiritual do caso: Aplicações práticas. *HU Revista*, 44(4), 447–454. <https://doi.org/10.34019/1982-8047.2018.v44.28020>
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/28020>

ANTUNES D. C, & ZUIN A. A. S. (2008). Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia e Sociedade*, 20(1), 33-41. recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zqHCbb9MvDmKpg8HkRlPBXK/abstract/?lang=pt>

ASCH SOLOMON (1977). O ego. In. *Psicologia Social*. São Paulo: Ed. Nacional.

AZZI, IZABEL CRISTINA DE SOUZA (2007). Realidade: Uma razão que não se explica, mas se crê. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. v. 10, n. 2 Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1516-14982007000200007>

BANDEIRA, CLÁUDIA DE MORAES & HUTZ & CLAUDIO SIMON. (2010). As implicações do bullying na auto-estima de adolescentes. *Psicologia Escolar e Educacional*. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-855720100001000141>

BRASIL. (1996). Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. (2015). Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Programa de combate à intimidação sistemática (Bullying). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.

CERVO M. L (2017) Eu ideal (ego ideal). In. Alguns dos vocabulários mais usados em psicanálise. Porto Alegre: FEBRAPSI (Federação Brasileira de Psicanálise). Disponível em <https://febrapsi.org/wp-content/uploads/2017/02/eu-ideal--lisiane-milman-cervo.pdf>

COLL C, MARCHESI A., PALACIOS J. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Vol. I. São JESUS J. G & NEBRA A. M. P. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação in: *Psicologia social Principais temas e vertentes* (Cap.10, pp. 219-237). São Paulo: Artmed.

CROCHÍK J. L. (2012) Fatores Psicológicos e Sociais Associados ao Bullying. *Revista psicologia política*. Vol.12, Nº24 pp.211-229 Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200003

CROCHÍK J. L. (2016) Formas de violência escolar: Preconceito E Bullying. *Revista educação e movimento*. 29-56. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32559/18694>

FERREIRA, TAIZA RAMOS DE SOUZA COSTA & DESLANDES, SUELY FERREIRA (2018). Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.13482018>

FREUD, Sigmund. (1996/1923). O Ego e o Id. In. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

FORTES, LEONARDO DE SOUSA *ET AL.* (2014). A autoestima afeta a insatisfação corporal em adolescentes do sexo feminino? Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 32, n. 3. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0103-0582201432314>

ISOLAN L. Bullying escolar na Infância e Adolescência. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. 16(1) 68-84 Recuperado de <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v16n1a07.pdf>

JESUS J. G & NEBRA A. M. P. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação in: *Psicologia social Principais temas e vertentes* (Cap.10, pp. 219-237). São Paulo.

LEMONS, JÉSSICA MICHELIS & BATISTA, ANA PRISCILA. (2017). Relação entre autoconceito de crianças e estilos de liderança de professores. *Psicologia Escolar e Educacional*. v. 21, n. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702111069>

- LIMA, ANDRÉA PEREIRA DE. (2010) O modelo estrutural de Freud e o cérebro: uma proposta de integração entre a psicanálise e a neurofisiologia. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, v. 37, n. 6 Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0101-60832010000600005>
- MARCOLINO, Emanuella de Castro et al. BULLYING: PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS À VITIMIZAÇÃO E À AGRESSÃO NO COTIDIANO ESCOLAR 1, 2015. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0104-07072018005500016>
- MITRE, ROSA MARIA DE ARAÚJO. (2005). Labirinto de espelhos: formação da autoestima na infância e adolescência. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 2 Recuperado em <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200037>
- NETO G. U. J. & LIMA F. A. (2017) . Usos e significados de “self” e “identidade” em *Mind, Self and Society* vol.15, N°1. Recuperado de <https://www.redalyc.org/journal/1053/105352363007/105352363007.pdf>
- REIZEN A. & NETO E. T. S. (2018) Bullying e Saúde pública. *Revista Brasileira de Pesquisa em saúde* 2018; 20(4): 4-6 Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/333223628_Bullying_e_saude_publica
- SCHOEN-FERREIRA *ET AL.* (2010). Adolescências através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>
- SERAFIM A. P. & SAFFIM F (2014). Práticas da psicologia nos diferentes contextos da violência. Serafim A. P. & Saffim F. *Psicologia e Prática Forenses* (2ª Ed., Cap.10, pp. 174-192) Barueri: Manole.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2017). *Mental Health ATLAS 2017*. Geneva: WHO. Recuperado de http://www.who.int/mental_health/evidence/atlas/mental_health_atlas_2017/en
- ZAVARONI, DIONE DE MEDEIROS LULA & VIANA, TEREZINHA CAMARGO. (2015). TRAUMA e Infância: Considerações sobre a Vivência de Situações Potencialmente Traumáticas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, n. 3 Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0102-37722015032273331338>
- ZIMERMAN, DAVID. (2008). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. David Zimmerman. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed.